

Assunto brasileiro - A força e a permanência da cultura do nacionalismo literário na crítica literária brasileira acadêmica a partir do processo de ajustamento cultural e intelectual

Márcio Freire*

Resumo

Partindo da análise da presença do nacionalismo literário na literatura brasileira a partir do processo de ajustamento cultural e intelectual, o artigo procura destacar como a crítica acadêmica está presa ao assunto, sempre o destacado a partir de um ponto de vista de sua insuficiência, de sua negatividade.

Palavras-chave

Ajustamento cultural e intelectual;
Assunto brasileiro; Crítica Literária;
Instinto de Nacionalidade;
Nacionalismo literário.

Abstract

Based on the analysis of the presence of literary nationalism in Brazilian literature derived from the process of cultural and intellectual adjustment, this article underlines how academic criticism is stuck to the subject, always highlighted from the point of view of its failure and negativity.

Keywords

Brazilian issue; Cultural and Intellectual Adjustment; Instinct of Nationality; Literary Criticism; Literary Nationalism.

* Departamento de Linguagem e Tecnologia – Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/MG - Belo Horizonte - MG - Brasil. E-mail: marciosfreire@gmail.com

"O que nós todos queremos é obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das ideias" (DRUMMOND *apud* FROTA, 2002, p. 57).

A citação destacada foi retirada de um trecho da carta enviada por Carlos Drummond de Andrade, em 22 de novembro de 1924, de Belo Horizonte, a Mário de Andrade. É a segunda carta escrita pelo poeta mineiro ao poeta paulista, a terceira da correspondência, e marca, de fato, o início da amizade e da troca de cartas entre os dois escritores. Na primeira carta – quase um bilhete, são somente 4 parágrafos curtos, totalizando 16 linhas – Drummond pede a Mário que se lembre dele – estiveram juntos no Grande Hotel, na capital mineira, durante a Semana Santa do mesmo ano – e declara, abertamente e sem constrangimento, a sua estima e dependência intelectual, denunciando, desde o início, a relação que se instala entre os dois: uma cumplicidade própria aos laços que envolvem os mestres e seus discípulos. Relação de mestre que Mário jamais se furtou a exercer como pode ser comprovada pela leitura da correspondência, na qual há orientações, conselhos e, por vezes, censuras que são dirigidos a Drummond; relação de amizade mútua e respeito intelectual que se desenvolverá por mais de 20 anos até a morte de Mário em 1945. O registro epistolar, quando Drummond escreve a Mário, denuncia que a correspondência cumpre sua função, uma vez que, "no universo da literatura, a carta existe para que o discípulo se dirija ao mestre" (SANTIAGO, 2002, p. 09).

A citação destacada serve, ainda, para ilustrar a situação significativa de determinado aspecto da cultura intelectual brasileira. Em síntese, traz em sua rubrica os sintomas e o histórico da cultura intelectual nos trópicos. Mal cultural e, também, característico, tal como expresso na formulação do poeta mineiro, de forte dependência cultural em relação aos países desenvolvidos, de atraso no uso e na aplicação das ideias práticas e intelectuais. Julgamento expresso e bem formulado por um jovem escritor – no momento sem obra literária, reconhecimento público e prestígio intelectual – de apenas 22 anos, que publicará seu primeiro livro somente seis anos após iniciar a correspondência com aquele que era, naquele momento dos anos 20 do século passado, uma das mais importantes lideranças intelectuais do país.

Tal como formulada pelo poeta e citada no início deste capítulo, a frase, tendo o nacionalismo literário em sua base e horizonte, não deixa dúvidas em relação ao que assinala, uma vez que vem expressa pelo sentimento de dependência cultural, anunciando o objetivo de sua almejada superação mediante sua realização como programa intelectual, missão e compromisso para o escritor brasileiro. Formulada à maneira de tantos outros escritores ao longo de quase dois séculos, como forma de superação de um dos maiores incômodos intelectuais do país, a frase marca uma tensão permanente a partir da consciência da dialética entre o nacional e o universal, ou melhor, entre a cultura nacional e a permanente busca de *Ajustamento Cultural e Intelectual*, exercício comum e, mesmo, *compulsório*, aos escritores e intelectuais brasileiros.

Trata-se da expressão daquilo que será, para a intelectualidade brasileira, a síntese da grande tensão a rondar a literatura, e, talvez, toda a cultura brasileira, a junção, como problema incontornável, e de maneira desequilibrada, "de tendências universalistas e particularistas" (CANDIDO, 2006, p. 25), em permanente relação de troca cultural ou de consumo de cultura europeia, marcando

o dilema maior do escritor e intelectual brasileiros. A inquietação do jovem Drummond mostra que o incômodo persiste, e bem configurado com qualquer outro nome que venha a ser rebatizado, mesmo se salvarmos da crise em que vieram a cair conceitos como universalidade, cultura dependente, originalidade, subdesenvolvimento, cópia, autoria etc.

Na citação destacada, nas demais partes da mesma carta e de algumas partes de outras das cartas da correspondência entre os poetas o assunto em pauta revela, especialmente, por parte de Drummond, o desejo conflituoso de realização da expressão do nacionalismo literário pela busca do cosmopolitismo estético. O dilema expresso nessa relação talvez seja a face mais aguda do problema porque denuncia um permanente sentimento de insuficiência e insatisfação com a cultura intelectual brasileira, com tudo aquilo que se diz Brasil, que será comentado, discutido e teorizado por intelectuais brasileiros como assunto cabal ao longo de todo o século XX. O Brasil ainda é insuficiente para desejos e aspirações do jovem Carlos Drummond de Andrade. A afirmação, que traduz o reconhecimento dos problemas do nacionalismo literário e da dependência cultural, é dilaceradora porque o poeta vê no nacionalismo literário o grande desejo buscado e enfrentado pelo intelectual brasileiro e somente pode externá-lo por estar vivendo-o nesse momento de afirmação intelectual, e por estar aberto a todas as formas de utopias individuais, particulares e coletivas. A insatisfação, ou o sentimento de “tragédia” experimentado nesse momento por Drummond, e pelo lugar que o poeta passará a ocupar na cultura brasileira do século XX, é exemplar por mostrar a inquietação do intelectual brasileiro no momento, de fato, em que se descobre perante a sua cultura, tendo de superar insuficiências intelectuais.

Foi dessa forma, com esse problema em seu horizonte, que a literatura brasileira, e, em seus passos, a crítica literária, construiu-se, em permanente tensão, dependendo culturalmente da contribuição de outras literaturas, sempre focada na busca de uma identidade estética nacional que caracterizasse a atividade permanente e empenhada de escritores com posições diversas sobre os projetos de uma literatura nacional. Trata-se de um traço constitutivo da literatura brasileira que o intelectual não pode se furtar a compreender e explicar.

O constrangimento intelectual é grande quando o poeta, ao expor as suas inquietações culturais e intelectuais, se dirige a Mário, retratando-se: “desculpe se vou estender-lhe ante os olhos os cenários da velha tragédia de Joaquim Nabuco” (DRUMMOND *apud* FROTA, 2002, p. 58-59). Deriva daí, do cerne desses constrangimentos e de tudo a que a eles está ligado, uma série de produtos positivos e uma permanente reflexão marcando seus pontos fracos e seu caráter negativo, uma vez que, na contemporaneidade, a noção de influência cultural passou a ser vista pelos intelectuais com um grande senão, saindo da esfera puramente individual e intelectual¹. Há, fatalmente, a presença da influência intelectual ao se pensar o problema sob o ponto de vista de sua negatividade. Em país de cultura dependente, como os intelectuais brasileiros aqui citados reconhecem o Brasil, e como se convencionou a chamar um dos aspectos dessa relação intelectual, a influência intelectual passou a ser vista quase que totalmente de maneira negativa e afetou a forma como o intelectual brasileiro passou a sentir e a vivenciar o “assunto brasileiro” (SCHWARZ, 2004, p. 10).

O trecho da carta, apesar de apenas uma citação curta, mostra o empenho de gerações de intelectuais brasileiros e da geração que se anuncia na

¹ Para entender melhor a noção complexa de “influência intelectual”, ver o ensaio de P. Valéry, “Lettres sur Mallarmé” (VALÉRY, 1998, p. 276-291).

então jovem figura do poeta mineiro de enfrentar o assunto, além de revelar como ele se encontra enraizado na cultura brasileira. Mostra, ainda, pela estatura intelectual de Mário, que a correspondência se dá entre dois homens de gerações diferentes que começam mesmo a se suceder no próprio momento da realização da troca de correspondência sem que essa sucessão se faça com a superação dos dilemas intelectuais legados de geração a geração. Doravante, a crítica mostrará, ao discutir o assunto, que à medida que as gerações vão se sucedendo o problema persiste. Com base nos posicionamentos dos intelectuais brasileiros é possível dizer que a crítica vem a destacar o empenho das mais diferentes gerações de intelectuais em torno do assunto, assinalando, com isso, o programa “nacionalismo literário”. Programa intelectual, de empenho cívico, comprometido com a construção da identidade cultural nacional a partir da constituição de uma *Cultura de Ajustamento Intelectual*, destacando a busca por parte do intelectual brasileiro do “sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país” (ASSIS, 1959, p. 826). “Sentimento íntimo” que se tornou, com a formulação de Machado de Assis, para estas e outras gerações, o programa dos intelectuais brasileiros. Sentimento revelador de que o grande objetivo a ser alcançado permanece o mesmo e se traduz no esforço de *Ajustamento Cultural*, de busca, de permanente atualização, como também no desejo ainda virgem porque sempre renovado de “obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das ideias” (DRUMMOND *apud* FROTA, 2002, p. 57). A frase do poeta põe novamente em cena a *imagem do relógio com seu característico atraso cultural*, e, com ela, a indicação da necessidade de ajustar os ponteiros culturais. O programa revela uma situação curiosa da condição em que se encontram e em que se colocam as gerações de intelectuais brasileiros: a necessidade de estabelecer as condições para se partir sempre do zero, voltar sempre ao ponto inicial e aos mesmos problemas. Mais que isso, acreditar estar sempre partindo do zero, acreditar, sempre, ser “puro em sua época” (ANDRADE, 1978, p. 9).

De outro ponto de vista, porém semelhante, os aforismos do “Manifesto Antropófago” são um documento crítico e estético de época para se medir o termômetro do nacionalismo literário aquela altura do século XX na qual o poeta e ativo militante modernista de sua linha de frente, Oswald de Andrade, ao fazer o balanço dos compromissos de intelectuais brasileiros enxerga os dados dos dilemas do nacionalismo literário como parcialmente resolvidos. Oswald afirma que “o trabalho da geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império da literatura nacional. Realizada essa etapa, o problema é outro. Ser regional e puro em sua época” (ANDRADE, 1978, p. 9). A fórmula se representa no aforismo do “Manifesto”: balanço, retorno e perspectivas. Novo esforço de atualização. Ajustamento cultural. Tudo posto para um novo começo. Os dois poetas falam a mesma coisa e no mesmo momento, o ano de 1924. Oswald mostra o balanço parcial do já realizado e apresenta a perspectiva para a realização futura. Drummond, que não viveu a Semana de 22 como Oswald, fala com o entusiasmo do iniciante, apresentando um programa, um projeto. O poeta mineiro mostra que, para o intelectual brasileiro, os dilemas do nacionalismo literário fazem parte de um projeto, um programa, e, em tese, por ser projeto e programa, encontram-se em caráter inicial, sendo sempre inovador, como forma de começo, apesar de todo o balanço que se possa fazer sobre o nacionalismo literário. Drummond, indiretamente, revela a insuficiência das conquistas e dos avanços do Modernismo. Da mesma forma, na década de 50, a fórmula se repetirá, e a Vanguarda de Poesia Concreta acreditará na inauguração de novos caminhos, certa de que estará

partindo do zero ou, mesmo, na pior das hipóteses, instaurando a novidade, com o seu programa e poética radicais na própria condição de vanguarda poética.

Na troca de cartas, gênero aberto à confissão, é Drummond quem fala, inicialmente, dos incômodos de carregar a pesada herança da cultura do nacionalismo literário. Numa espécie de desabafo, o poeta toca na situação desconfortável do escritor e intelectual brasileiros. É natural que fosse dessa maneira, diante da liderança e da estatura intelectual de Mário. Sabendo do conteúdo pouco agradável que vai expor ao líder modernista, de imediato o poeta mineiro, ciente dos constrangimentos, justifica-se, dizendo: “desculpe se vou estender-lhe ante os olhos os cenários da velha tragédia de Joaquim Nabuco, um pouco deteriorados...”, Drummond põe diante de Mário os cenários daquilo que tão precocemente incorporara da já velha e pessoal tragédia de Nabuco, sem muitas particularidades, uma vez que envereda por um caminho já conhecido e refletido por muitos intelectuais e, mesmo, já trilhado pelo autor de Macunaíma; o constrangimento é grande, com a exposição do dilema de um jovem intelectual de Minas Gerais diante daquilo que, futuramente, aos leitores da correspondência parecerá um apego exagerado e injustificado à cultura europeia e não mais que uma veleidade intelectual das mais condenáveis e, mesmo, digna de restrição.

Os leitores estariam enganados se quisessem reduzir o “drama” vivido pelo jovem poeta a uma veleidade de intelectual modernista, uma vez que se trata de um problema concreto que já havia atingido intelectuais brasileiros de grande valor. Por ser tão concreto, tão premente, ninguém o controla, nem o suprime. Esparrama-se para o patético, o dramático. A mesma insuficiência que dilacerara o maduro memorialista Nabuco – escritor reconhecido, homem culto, viajado, político experiente – e se materializara na forma de sentimento angustiante, naquele momento dilacera o jovem aspirante a poeta. O jovem Drummond repete o homem feito Joaquim Nabuco. Drummond retomando Nabuco é sintoma de desastre, ou, usando suas palavras, de “tragédia” cultural. É o mesmo que repetir atitude comum ao intelectual brasileiro. Drummond “reafirma a tradição europeia no Brasil e lastima o nada que país e governantes ofertam aos espíritos fortes” (SANTIAGO, 2002, p. 18).

Mário, logo na carta seguinte, ao responder às primeiras inquietações do jovem poeta, retoma o assunto, faz seus reparos, muito duros com os sentimentos do poeta e, como não esconde nada, ao contrário, tudo revela, confessa a Drummond: “eu também já sofri da moléstia de Nabuco” (ANDRADE *apud* FROTA, 2002, p. 71). A frase de Mário é impactante e reveladora ao reconhecer a natureza do problema sem questioná-lo. Tradição europeia, bem e o mal da cultura brasileira. Mais do que qualquer coisa, Mário é solidário em situação e sentimento. Mário também já vivera a angústia gerada pela insuficiência. O poeta paulista deixa para o jovem intelectual um alívio, o sinal de uma superação insinuada em outras maneiras de agir, pensar e sentir. A “moléstia de Nabuco”, para Mário, da forma como ele se manifesta diante de Drummond, é coisa de seu passado pessoal e intelectual, mas não do país ou da cultura brasileira. Sabemos, entretanto, que, apesar de ministrar uma lição segura, Mário vacila em seu julgamento, a despeito de toda a restrição que se possa fazer ao gesto de dar solução pessoal a um problema que se encontra além do sentimento íntimo e distante de soluções gerais no campo da cultura. Pensando-se “curado” do mal, Mário mostra o distanciamento crítico, em seu espírito, que fora operado pelo Modernismo de 22. Dessa forma, a semana de 22 funcionara, para Mário, também, com um rito de passagem, uma forma de superação.

É a vez da geração de Drummond se debater em torno do entendimento e da busca de *Ajustamento Cultural* e Intelectual, ainda em meio aos cenários “deteriorados” da velha tragédia de Nabuco. Um indicativo da situação do escritor brasileiro é o fato de a correspondência, entre os poetas, iniciar-se justamente por estes assuntos de nacionalismo literário, dependência cultural e literatura, esforço de atualização, tudo posto pela relação ambígua do intelectual brasileiro frente à tradição europeia; simplesmente porque esses são o legado intelectual deixado aos críticos acadêmicos brasileiros como matéria de reflexão por essas gerações de poetas, escritores e intelectuais, unindo os criadores a seus intérpretes em torno de um mesmo problema. Trata-se de herança que, também, já bastante adensada se converterá no legado deixado pelos críticos acadêmicos à crítica e ao sistema literário brasileiro. Pressupõe-se que esse legado de pensamento intelectual será o mais valioso da herança crítica deixada como objeto de reflexão ou, mesmo, como matéria a ser tomada como pressuposto historiográfico das ideias a seus sucessores imediatos; aqui, o objeto de estudo e o porquê de seus dilemas não são considerados simples projeções, mas fatos consumados que determinaram os rumos da literatura no Brasil desde o momento em que ela começa a se afirmar e se firmar ferida e infectada “pelo bacilo das ninfas europeias.” (SANTIAGO, 2004, p. 25). Se os trechos da correspondência aqui analisados apontam para este caminho que é o assunto da crítica literária especializada de nosso tempo, ao menos em parte das mais significativas das obras dos críticos acadêmicos, e é, também, o seu maior motivo, isso ocorre porque “as cartas de grandes escritores também devem ser públicas por um [...] não tão evidente motivo, já que sua enunciação se passa no campo especializado da *teoria literária*” (SANTIAGO, 2002, p. 9 – o destaque em itálico é nosso).

II

O assunto posto pelo jovem Drummond se adensa e ganha novo destaque como a afirmação da primeira geração de críticos acadêmicos brasileiros. A presença do *estudo compulsório do nacionalismo literário* na reflexão dos intelectuais brasileiros tem o objetivo de mostrar como o Brasil da segunda metade do século XX ainda se encontrará atado a problemas críticos-teóricos essenciais do século XIX para se explicar e se entender. Trata-se de uma determinação visível tanto na literatura de criação, manifeste-se ela no gênero que for – poesia, romance, conto, ensaio – quanto na crítica literária. E, sendo essencial à crítica literária, inclusive à acadêmica, leva-nos a acreditar que o nacionalismo ocupa espaço maior ainda na literatura propriamente dita, ainda que possa não estar visível à primeira leitura, e nem na maneira como ganha expressão na crítica literária, uma vez que está despida dos modos canônicos e tradicionais de expressão do nacionalismo literário, *tout court*, consagrados no século XIX.

Tanto o Modernismo Brasileiro – com todas as suas tão distintas manifestações de nacionalismo literário e o desejo comum de descobrir, conhecer e, mesmo, de conceber o Brasil, incorporando-se ao movimento universal das ideias – quanto a Ficção de Trinta – com o seu compromisso político social nacionalista e sua defesa da tomada de consciência crítica em relação aos problemas brasileiros – ou, ainda, a Poesia Concreta e a crítica literária que a ela se ligou na condição de portavoza do novo e do distinto, na busca da afirmação de uma tradição crítica nacionalista, investida de uma “tradição antinormativa” de valorização da

vanguarda europeia e norte-americana, revalorização do cânone nacional a partir de autores esquecidos ou marginalizados, todos praticaram, à sua maneira, uma forma de nacionalismo literário ao se depararem com a tarefa de fazer literatura no Brasil, tendo, para isso, o legado crítico e teórico oitocentista presente.

Onde há nacionalismo literário há *ajustamento cultural e intelectual*. Assunto brasileiro. De acordo como as avaliações dos poetas concretos do lugar que a literatura brasileira ocuparia no plano internacional, o Modernismo Brasileiro e a Ficção de Trinta podem ser definidos como manifestações muito nítidas de uma forma de nacionalismo literário e de *ajustamento cultural e intelectual*. Há um dado bruto e expressivo que não guarda nada de curioso neste processo: os três exemplos citados – o Modernismo de 22, a Ficção de Trinta e a Poesia Concreta – em razão da “novidade” para cada momento específico do lugar cultural que ocupam ao longo do século XX, e de maneira sucessiva, cada um a seu modo, empenham-se vivamente em questões de originalidade e influência, nacional e universal, vanguarda e subdesenvolvimento, literatura e documento, afirmação intelectual, formas de expressão artística e dependência cultural sob a guarda das mais diferentes formas de manifestação do nacionalismo literário.

O dado expressivo que não tem nada de curioso está no fato de a mediação destas questões de fundo crítico-teórico e literário ser feita, justamente, com base no nacionalismo literário, por manifestações de seus subprodutos, na “novidade” trazida por cada uma dessas manifestações – momentos críticos que estão bem demarcados em uma “novidade” que tem seus fundamentos nas origens da literatura brasileira, em sua história literária e em seu processo de formação. Se nesta matéria o que se reza é a repetição, o novo não apareceria, ou melhor, somente apareceria na condição de novidade, e, justamente, através da “novidade”. É o ponto de vista exposto por Octavio Paz em “A tradição da ruptura”. É o que ocorrerá também na crítica literária e nas outras formas de comunicação artística, se dará por meio de caminhos diversos, não somente a partir das formas de expressão literária, mas em formas complementares como a reflexão crítica, o ensaio de interpretação histórica ou sociológica, a reflexão memorialística, a escrita de ficção, o teatro e a dramaturgia, o cinema, a poesia, as artes plásticas, a música erudita e popular etc.

O nacionalismo literário não é fácil de ser definido ou enfrentado por fazer parte de maneira sutil e significativa da vida dos indivíduos, ser complexo, adentrar caminhos de expressão intelectual vastos; por se refletir nas relações políticas, econômicas e sociais, na personalidade e na obra de artistas e intelectuais e se forjar na constituição da identidade pessoal e nacional. Está presente nas obras dos escritores brasileiros do século XX e na crítica acadêmica que a essas obras se liga. Pode ser reconhecido no todo do sistema literário brasileiro justamente por apresentar particularidades em cada uma de suas manifestações. No século XIX, o nacionalismo “mobilizou a consciência histórica e favoreceu a coesão de cada grupo social, fortalecendo sua auto identidade e seu empenho autonomista” (PEDROSA, 1992, p. 277), tornando-se “fonte de inspiração, tema e finalidade da produção artística, inclusive a literária” (PEDROSA, 1992, p. 277). No caso brasileiro, está presente em poemas, romances, memórias e registros diversos que, a um só tempo, são literários e documentais. Essa complexidade particular à literatura brasileira advém da relação entre literatura e documento que caracteriza o trabalho empenhado dos escritores e intelectuais, projetando uma particularidade de valor estético que nunca deixou de ser reconhecida como elemento de problematização e crítica.

Trata-se do nacionalismo literário configurado como manifestação excessiva do nacional em literatura e cultura, entre os intelectuais brasileiros, em sua face negativa, aquilo que veio a ser chamado pela crítica acadêmica de “mal-estar intelectual” (SCHWARZ, 1987, p. 35). Com isso, um *valor* é posto em destaque. A reflexão sobre o assunto trouxe enriquecimento para a cultura brasileira, apesar de sua feição negativa, ou o contrário, justamente por sua feição negativa, fazendo com que o aspecto crítico e aguçado do nacionalismo literário ficasse sempre em destaque. Houve uma mudança significativa nesse ponto de vista, uma tomada de consciência sobre o assunto como problema crítico quando a percepção dos intelectuais brasileiros se voltou para a constituição do excesso da presença de uma reflexão nacionalista na cultura, já no século XIX, e ao qual Machado dará uma resposta e mesmo estabelecerá um programa no ensaio “Instinto de Nacionalidade”. Nesse ensaio, a reflexão que se faz como avaliação das contribuições literárias já dadas através da junção entre literatura e nacionalismo que originou um adensamento do termo nacionalismo literário, sua configuração em problema crítico-literário e sua tradução em produtos culturais diversos. O ensaio tem, para a literatura brasileira, o mérito de afirmar a grande importância do nacionalismo literário como objeto de reflexão crítica. Esta consciência do nacional se traduz como problema para os escritores e artistas brasileiros “na medida em que o nacionalismo vai perdendo o caráter combativo e inovador para cristalizar-se em ideologia histórica e política” (PEDROSA, 1992, p. 277) que explicaria muito do Brasil atual. Cristalização que se faz mediante reflexão crítica e teórica sempre marcada por um *característico sinal de menos*, ou seja, o produto cultural nacional sempre apresenta uma feição negativa, como objeto derivado, como produto de segunda ordem, dependente de uma origem exterior para se manifestar.

Um exemplo da rigidez desse debate é a reflexão crítica que atravessa o arco de um século, envolvendo o problema complexo de uma sociedade de cultura fortemente marcada pela escravidão negra e suas implicações na sociedade brasileira. Essa reflexão chegará à crítica literária sob um escrutínio crítico das formas de manifestação do nacionalismo literário na cultura. Está posta, aqui, em destaque, porque é de grande importância para a crítica literária acadêmica, sobretudo para a perspectiva crítico-teórica de Roberto Schwarz. Como “matéria bruta” o nacionalismo literário é objeto de reflexão em seu primeiro momento, de maneira sensacional em seus aspectos sociológicos e culturais, mas sem o olhar e o rigor próprios ao crítico literário academicamente preparado para pensá-lo como *mimesis*. A importância da escravidão negra como objeto de reflexão se põe para a literatura brasileira no momento em que Nabuco questiona as posições críticas e estéticas, mas também políticas e sociais, de Alencar. A rigor, e em princípio, trata-se de um problema de ordem político-econômico-social que migrou para a literatura e, a partir daí, para a reflexão crítico-literária; ganhará, a partir das reflexões de Nabuco, destaque cada vez maior como objeto de reflexão crítica dos intelectuais brasileiros por suas implicações na sociedade ao longo de três séculos, por se tornar o assunto chave de reflexão crítica das implicações da escravidão em todos os seguimentos da vida brasileira. No século XX, tal reflexão será retomada por Maria Sílvia de Carvalho Franco em *Homens livres na ordem escravocrata*. Análise que dá um passo adiante na compreensão da extensão do assunto e de sua problemática. Posteriormente, a reflexão é retomada por Schwarz com destaque para os aspectos literário e sociocultural, vinculados a distintos códigos de comportamento manifesto na sociedade brasileira como traço forte de expressão do romance de Machado.

Sendo Schwarz leitor e tributário de alguns dos pontos de vista dos livros *O abolicionismo* e *Homens livres na ordem escravocrata*, e da tradição crítica e literária que passa, além dos autores nomeados, por Sílvio Romero e Sérgio Buarque de Holanda, quando trata da questão cultural e literária e, sobretudo, sempre dando prosseguimento a esta linha de reflexão que foi mais bem explicada por Antonio Candido na *Formação da literatura brasileira* e em *Literatura e sociedade*. Numa perspectiva crítico-literária, na reflexão desses autores sobre o mesmo assunto se revela o traço ostensivo do adensamento de uma tradição de reflexão crítica local, ou seja, o assunto brasileiro.

A reflexão intelectual sobre a presença da cultura legada pela escravidão negra à sociedade brasileira, no que traz de importante para o pensamento crítico-literário, a partir da ligação que se pode fazer da presença do assunto nos autores citados, vê-se amarrada em muitas partes, ligando-se uma a outra, onde texto puxa texto, autor puxa autor, deixando um traço de reflexão envolvendo a representação econômica, cultural e social da presença da escravidão negra na sociedade brasileira e a *mimesis* literária que a expõe e a explica. Com tantas sutilezas, o problema é firmado por uma visão de crítica literária e cultural expressa em sua feição nacionalista, porque tem origem em um problema, a rigor e em princípio, interno e, também, externo à problemática literária, que somente se dá literariamente a partir da realização de um "paradoxo" crítico, no momento em que o "externo se torna interno" (CANDIDO, 2000, p. 8) e a obra literária se faz de maneira satisfatória nos aspectos de sua construção como forma de expressão artística.

III

O nacionalismo literário na primeira metade do século XX ganha novo destaque com a "consciência do subdesenvolvimento" (CANDIDO, 2006, p. 171) e de maneira radical na segunda metade do mesmo século, em plenos anos 60, imiscuído em uma situação política exasperante e de exceção, uma ditadura militar e em meio a um processo de urbanização, industrialização e modernização do Brasil com força muito maior em todos os campos da cultura, até aqueles que foram inoperantes ou que tiveram registro menor em 1922 e nas duas décadas posteriores ao período da Semana de Arte Moderna; inoperantes ao menos se comparados aos registros deixados pelos escritores e pintores. O assunto nacionalismo literário, em termos críticos, literários e acadêmicos é posto definitivamente em discussão com a publicação da *Formação*. Ainda é preciso dizer que o fato de o país nunca ter perdido de vista o nacionalismo literário como objeto de reflexão, tomada de consciência ou afirmação de identidade reforçou a literatura brasileira e a capacidade dos intelectuais de lidar com o tema e entendê-lo, sempre que ressurgue como objeto de reflexão.

Ainda que esta *tradição afortunada* seja uma constatação já firmada e documentada, o traço obsessivo e dominante do "nacionalismo literário" nas letras brasileiras, o que está sendo posto em questão é como o dilema cultural do "nacionalismo literário" e seus subprodutos, vazados por posições expressas em textos como o "Instinto de Nacionalidade", se propagará ao longo da segunda metade do século XX como objeto de reflexão na crítica acadêmica. Uma parcela da crítica literária chama a atenção, há tempos, para a estreiteza que o excesso dos estudos sobre o "assunto brasileiro" impõe à reflexão intelectual brasileira, limitando o desenvolvimento de outras importantes áreas de interesse intelectual –

fato que tem sido destacado de maneira sistemática por Luiz Costa Lima e Leyla Perrone-Moisés. Trata-se de um dado crítico curioso: em meio ao “influxo externo” (ASSIS, 1959, p. 826) da teoria da literatura nas faculdades de letras brasileiras, há o predomínio do interesse intelectual pelo “assunto brasileiro” por parte da primeira geração de críticos acadêmicos brasileiros, a partir do final dos anos 1950.

A despeito da opinião de Leyla Perrone Moisés e Luiz Costa Lima, não parece ser simples a justificativa à restrição ao predomínio do “assunto brasileiro” na universidade. Leyla firma sua crítica a essa posição privilegiada e excessiva do “assunto brasileiro” ao dizer que sempre considerou o nacionalismo literário um estreitamento de visão, argumentando que, depois de ser “tão fortemente afirmado pelo nosso Modernismo, e mais tarde defendido pela esquerda brasileira, fez com que os críticos de maior prestígio no Brasil do século XX fossem aqueles que se dedicaram prioritariamente à literatura brasileira” (PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 342). Essa posição crítica à presença excessiva do nacionalismo literário já fora explicitada, anteriormente, por Machado, em fins do século XIX, à sua maneira, e de acordo com a maneira como o nacionalismo literário se manifestara à época, em seu “Instinto de Nacionalidade”. Ainda hoje, a crítica a esse “excesso” continua a mesma em seus fundamentos, e não foi capaz de reverter a tendência dominante de adesão de intelectuais.

O século XIX não terminou por inteiro ao menos para os críticos literários e estudiosos de literatura brasileira ao longo de todo o século XX, mostrando a força das ideias e dos autores que enfrentaram pioneiramente o assunto e a permanência dos problemas em meio a tantas transformações culturais de maneira geral, ou, especificamente, críticas, estéticas e historiográficas. Não se pode ignorar o fato de Roberto Schwarz ter a sua força intelectual ligada à interpretação da obra de um autor do século XIX, na qual o crítico busca desvendar todos os dilemas que envolvem certa face do “assunto brasileiro”, de seu nacionalismo literário “moderno, complexo, nacional e negativo” (SCHWARZ, 1987, p. 115), e da sociedade brasileira da segunda metade do século XX.

IV

É no ensaio, “Instinto de Nacionalidade”, de Machado, uma vez que este nos legou “um certificado de maioria da literatura brasileira através da consciência crítica” (CANDIDO, 1987, p. 55), que a questão nos chega, de acordo com o que a crítica tem consagrado, formulada por inteiro no campo das produções culturais ligadas à literatura depois de ter sido assunto turvo e difícil de toda a crítica literária romântica e objeto de polêmicas literárias ao longo do século XIX e início do século XX.

O ensaio de Machado é tomado como um marco, uma divisa para a cultura brasileira em torno do assunto pelo que ele tem de paradigmático para os críticos literários no tocante ao entendimento do nacionalismo literário. E, também, pelo grande destaque e fortuna crítica que ganhou ao longo de mais de um século por escritores e intelectuais. Inclusive, tendo obtido grande destaque entre os críticos acadêmicos, o que fez com que o ensaio se tornasse um clássico da crítica literária brasileira, permanecendo, até o momento, isento de qualquer reparo no que diz respeito à sua leitura, análise e interpretação, à exceção do que foi feito recentemente, nos anos iniciais da primeira década do século XXI, pelo crítico português Abel Barros Baptista. Baptista crítica, de seu ponto de vista, o que chama

de reiteração de interpretação tendenciosa e consagrada dada ao ensaio, questionando o excesso de importância ou de valor que determinadas leituras feitas por críticos brasileiros conferem ao texto. Defende que a crítica literária, há mais de um século, somente faz reafirmar a leitura comum sobre a literatura brasileira dada às posições expressas por Machado, que representariam a retificação da “opinião” corrente no século XIX. O crítico português levanta a hipótese de que Machado “de algum modo se afasta do quadro crítico em que o problema da nacionalidade era tratado” (BAPTISTA, 2003, p. 46). Adotado esse ponto de vista, a leitura do crítico terminaria por desautorizar, radicalmente, todas as leituras já feitas e consagradas sobre o ensaio, e, simultaneamente, a influência, imensa, bem lastreada, produzida por essas leituras na cultura brasileira.

O crítico português arma seu raciocínio de tal modo que a estratégia adotada de revisão das leituras já feitas é simples. Posto o ensaio no centro da reflexão crítica brasileira, reconhecidas a sua fortuna crítica e importância, aponta para um equívoco nas leituras feitas pelos críticos brasileiros. Dessa forma, a restrição do crítico não é ao ensaio ou a Machado, mas à crítica literária brasileira, sobretudo à acadêmica, à sua suposta interpretação chamada de equivocada do processo de formação da literatura brasileira e as demais leituras que a leitura consagrada ao processo de formação legítima. Baptista põe em cheque, para invalidar as leituras de interpretação do ensaio pelos críticos, o processo de consagração de Machado como escritor e, a partir daí, a valoração de sua obra com todas as suas oscilações e imponderabilidades, vendo, justamente, neste processo marcado por oscilações e imponderabilidades uma forma de questionar as leituras críticas de interpretação do “Instinto de nacionalidade”. A começar pela data de publicação do ensaio, 1873, e de tudo o que Machado havia publicado até o momento, e mesmo o que ele viria a publicar nos anos posteriores até àquele que é considerado o momento de ruptura não apenas com a sua literatura anterior, mas, também, com a literatura brasileira feita anteriormente à publicação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. O crítico quer mostrar que o romance machadiano da grande fase desmentiria às interpretações nacionalistas e reveladoras das ideias do ensaio, e mesmo não se faria em ressonância a essas ideias. O ponto de vista crítico, que põe a data de publicação do ensaio como ponto central e de maior relevância para julgar seus argumentos, e sua validade dentro do processo das leituras do ensaio, é novo. Dessa forma, a dinâmica própria do sistema literário brasileiro e seu processo de formação são postos de lado pelo crítico português como de pouca importância para justificar a relação da literatura feita por Machado até o início dos anos 80 do século XIX.

De acordo com Manuel Bandeira, citado como autoridade crítica por Baptista para fundamentar o seu ponto de vista, essa ruptura de Machado com seu passado de “mediocridade” (BAPTISTA, 2003, p. 45) se daria a partir da década seguinte, com o início dos anos 80 do século XIX e a publicação das *Memórias póstumas*. Pressupõe-se que as leituras do “Instinto de nacionalidade”, desacreditadas pelo crítico português, responderiam a um duplo processo de capitalização, valorizando excessivamente o legado romanesco e crítico de Machado, até por deslocar o ensaio do seu contexto de publicação de origem – a mediocridade dos anos iniciais e da publicação dos primeiros romances da chamada primeira fase – e pondo-o como uma espécie de programa dentro da publicação dos maiores e mais significativos romances do escritor da chamada segunda fase.

Baptista corrobora as afirmações do poeta, afirmando que é uma “opinião” crítica “plenamente justificada pelo relevo das obras assinadas”

(BAPTISTA, 2003, p. 46) a partir do início dos anos 80 do século XIX. O argumento do crítico se baseia no valor da produção intelectual de Machado. Alega, ainda, que, com isso, o prestígio e a força intelectual de Machado, tal como postos, não estão de acordo com os reparos feitos pelo escritor a seus contemporâneos nos assuntos do nacionalismo literário, uma vez que a validade do ensaio, retificada pelos críticos brasileiros, resumir-se-ia a legitimar “o lugar estratégico que veio a ocupar no processo de restituição de Machado ao projeto fundador da literatura brasileira” (BAPTISTA, 2003, p. 46) como uma das últimas instâncias das “leituras de normalização nacionalista do ensaio” (BAPTISTA, 2003, p. 46). Baptista, de maneira pouco comum, resume e confina as leituras da crítica brasileira ao objetivo de restituir Machado ao projeto fundador da literatura brasileira. Pode-se dizer que a crítica de Baptista se dirige mais a interpretação que se depreende da *Formação* com relação à obra e à importância dada a Machado do que das demais leituras críticas de interpretação do ensaio. Mais do que as leituras de normalização nacionalista, o que, de fato, parece ser objeto de questionamento é a interpretação crítica e historiografia dada posteriormente à obra de Machado pela crítica acadêmica, notadamente Candido, Schwarz, Faoro etc. Os argumentos do crítico português podem ser vistos desta forma, porque o que está em jogo é a própria literatura brasileira, seu processo de formação tal qual destacado na *Formação*, a fortuna crítica sobre o ensaio de Machado, e, daí, seus valores para a tradição literária, uma vez que o ensaio de Machado e suas leituras de crítica interpretativa são parte essencial deste processo e têm grande importância como componentes ativos do processo de formação da literatura brasileira.

O reparo, no sentido específico de restrição, feito pelo crítico português às leituras já consagradas é imenso, bem entendido, na condição de leitura contrastante, de ponto de vista diverso; e a sua censura à forma como a crítica brasileira leu o “Instinto de nacionalidade” é grande. Sua restrição se estende à crítica acadêmica, afirmando que a leitura que brasileiros fizeram do ensaio não é mais que constante erro crítico de análise e interpretação que vem passando ao longo dos anos de um crítico a outro, normatizando-se. Como não se trata, simplesmente, de uma crítica posta em três ou quatro linhas, de um comentário solto no meio de uma entrevista, mas uma leitura, análise e interpretação crítica do ensaio de Machado em mais de 100 páginas, é como se o crítico português repetisse Camões ao se referir ao que fora feito anteriormente com relação ao ensaio, e dissesse, “cesse tudo o que a Musa antiga canta, que outro valor mais alto se alevanta” (CAMÕES, 1997, p. 7). Trata-se, entretanto, mais de substituição abrupta e forçada de “valor” do que de argumento crítico seguro e convincente. A musa antiga seriam as leituras que defendem Machado como o responsável por colocar no “Instituto de Nacionalidade” a ideia de formação em destaque, e, por isso, ser o responsável por estabelecer o famigerado “roteiro ontológico” (BAPTISTA, 2003, p. 32), assim batizado, deste processo, um equívoco a ser desmentido pelo próprio autor do ensaio a julgar pelos seus romances da grande fase.

O valor mais alto seria a leitura contrastante que o crítico português propõe. Segundo este valor mais alto, Machado negaria a leitura que a crítica faz do ensaio uma vez que, em sua obra romanesca, sobretudo nos romances da chamada segunda fase, e “nos termos impostos pelo projeto nacional que o romantismo fundou [...] não há [...] *qualquer marca da vontade de fundamentar e esgotar a criação romanesca na realidade brasileira*” (BAPTISTA, 2003, p. 32). A pergunta é, frente às evidências, e se aceita a afirmação do crítico português, aonde Machado,

autor comprometido com a realidade e a cultura do país, iria fundamentar e esgotar a criação romanesca senão em um Brasil de face e cultura nacionalista? Não se sabe ao certo se o crítico português está retornando ao debate nacionalismo versus cosmopolitismo ao ler o “Instinto de Nacionalidade” censurando a crítica brasileira. Em qual outra realidade o escritor poderia fundamentar e esgotar a criação romanesca? O crítico português desautoriza as leituras e, simultaneamente, os efeitos produzidos por essas leituras, pensando neutralizar o argumento maior exposto por Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo*, quando a pauta é: “em que consiste a força do romance machadiano da grande fase? Há relação entre a originalidade de sua forma e as situações particulares à sociedade brasileira no século XIX?” (SCHWARZ, 2000, p. 09). Com a restrição o crítico português indica o objeto maior de sua crítica, para além do ensaio de Machado.

Há um peso excessivo na crítica de Baptista que produz um julgamento exacerbado calcado em uma interpretação que se coloca entre as demais, e não as determina ou as sobrepõe. Em hipótese, se aceita a ideia de que a chamada realidade brasileira se faz presente ou se faz ausente, e esta presença ou esta ausência não devem ser atribuídas – ou, mesmo, se restringir – à marca da vontade de fundamentar e esgotar a criação romanesca nos romances de Machado, isso seria dar crédito excessivo a todos os determinismos, e julgar o todo pela parte previamente selecionada. A dúvida maior de leitura, análise e interpretação seria legar a permanência desta “vontade” (BAPTISTA, 2003, p. 32) que, para o crítico português, é “força de lei” (BAPTISTA, 2003, p. 31) “nacional ou da nacionalidade” (BAPTISTA, 2003, p. 31), e que se impôs “com o movimento romântico, mas sobrevive-lhe; atravessa-o, mas não se esgota nele, nem nos seus princípios, nem no seu programa, nem na sua retórica” (BAPTISTA, 2003, p. 31) como elemento que determinaria a correta leitura do “Instinto de Nacionalidade” a partir da presença desta vontade em seus romances maiores e mais significativos. O que o crítico português julga ser, e classifica como “problema” – a ausência da presença do Brasil ou da realidade brasileira nos termos impostos pelo projeto nacional que o romantismo fundou – não é e jamais fora visto como problema pela crítica acadêmica porque esta mostrou, justamente, que a presença do Brasil ou da realidade brasileira em abundância e livre dos “termos impostos pelo projeto nacional que o romantismo fundou” (BAPTISTA, 2003, p. 32-33) é o grande ganho do Bruxo do Cosme Velho e está de acordo com as ideias por ele expostas no “Instinto de Nacionalidade”.

O chamado projeto nacional que o romantismo fundou trouxe desdobramentos para a cultura brasileira que o crítico português parece ignorar. Entendido e aceito o ponto de vista de Baptista, pode-se dizer que ele julga o Modernismo de 22, a Ficção de 30, a Poesia Concreta, Drummond e João Cabral e o que se fez de mais significativo na poesia e na ficção brasileira pelo paradigma romântico, negando sistematicamente a procedência do contrário: *julgar o paradigma romântico pelo que se fez depois, ao longo de mais de um século, em literatura brasileira*. Como a presença do Brasil ou da realidade brasileira, nos romances de Machado da chamada segunda fase, ao contrário do que afirma o crítico, é excessiva e significativa, não há problema, mas, sim, uma superação dos entraves impostos pelo chamado projeto nacional que o romantismo fundou. Pode-se dizer, ainda, que a presença do Brasil ou da realidade brasileira continuaria a ser mostrada em abundância da forma como se esperava para o momento seguinte ao que foi chamado o processo de formação da literatura brasileira, e que justificaria os caminhos trilhados pela ficção e poesia, décadas depois de Machado ter

publicado seus maiores e mais significativos romances, e, certamente, nesse aspecto em discussão, seguindo seus passos em relação à abordagem da realidade brasileira.

Não se pode reduzir o nacionalismo literário à marca da vontade de fundamentar e esgotar a criação romanesca na realidade brasileira. Isso somente seria possível, como adota o crítico português, deixando de lado as interpretações acadêmicas dadas à obra de Machado, e que, de certa forma, trazem uma visão nova para o entendimento e a explicação de sua obra e de suas posições críticas, teóricas, literárias, sociais e políticas – o que inclui suas contradições. Este ponto de vista fica evidente, sobretudo, porque a força maior da citação, reveladora da análise e interpretação críticas feitas por Baptista reside na ideia da vontade de fundamentar e esgotar, subjugando a criação romanesca e literária, como produto, como fatura de expressão significativa à construção ideológica de um primeiro momento do romantismo brasileiro, do qual Machado se afastara, criticamente, sem negar o essencial, ou seja, o “assunto brasileiro” e o compromisso de fazer literatura no Brasil. O longo ensaio do crítico português parece, justamente, ignorar, de maneira proposital, os resultados certos da crítica brasileira, sobretudo a acadêmica ao ler Machado, e mesmo ignorar livros pioneiros como *A pirâmide e o trapézio*. E ao lê-lo da forma que Baptista pretende negar. A leitura do crítico é radical ao situar Machado como alheio ao problema do nacionalismo literário em seus romances da “grande fase”, fora de seus debates em meados da segunda metade do século XIX e julgar a sua criação romanesca como alienada ao “assunto brasileiro”. Está provado que tanto nos romances, contos e ensaios o que está em discussão é posto com relação ao “assunto brasileiro”. Trata-se de um exagero pretender desqualificar um século de leituras, análises e interpretações de críticos brasileiros sobre o ensaio e a obra romanesca de Machado, sendo muitas dessas leituras e interpretações feitas em minúcia, uma vez que a crítica ao ensaio, naquilo que ela questiona, põe em suspensão e dúvida é extensiva às leituras e às interpretações que críticos brasileiros e estrangeiros fizeram do ensaio e somente encontra sentido nas leituras e interpretações dadas à obra romanesca de Machado. O ensaio deve ser pensado como tendo um alcance maior do que a sua obra da chamada fase dos grandes romances, sendo extensivo, em seus efeitos, à realização literária brasileira do século XX. A sua maior compressão deve ser buscada justamente neste século.

A julgar pela literatura e legado de Machado, pelo pouco empenho firmado relativo ao assunto nacionalismo literário – veja-se bem, tal como era representado à época, da maneira empenhada por românticos como Alencar e Gonçalves Dias, a partir de representações para a cultura indígena e para o pitoresco local, ou seja, como dissera José Veríssimo, sem falar de índios, de caipiras ou da roça em sua obra, não se tratando, aqui, do comportamento atribuído ao autor de refratário a polêmicas. Ainda, pelo que ele viria a construir poucos anos depois na ficção por numerosos contos e quatro ou cinco romances singulares, Machado não se encontrava satisfeito com os resultados apresentados pela literatura brasileira até aquele momento do século XIX, e, mais que isso, não entrou na discussão de problemas envolvendo o nacionalismo literário tal como eram propostos e conduzidos por seus contemporâneos. Por esta e outras razões, por assumir esta posição, na própria leitura de Candido e de críticos anteriores e posteriores, Machado é visto como o responsável por colocar os eixos da ficção brasileira no lugar, a começar pelas ideias que expõe no “Instinto de Nacionalidade” e pelo modo como as expõe.

Deve ser visto como um dado importante o fato de Machado ignorar e não se empenhar em destacar a questão nacionalismo literário à maneira de seus contemporâneos Alencar e Gonçalves Dias, em não engrossar a polêmica em torno do assunto. Machado não a lustra como empecilho, mas a põe no empenho da realização de uma obra literária que poderia dar respostas a muitas das questões então em pauta sobre os fundamentos da literatura brasileira e sobre o problema do nacionalismo literário, como programa literário, crítico e estético como farão escritores brasileiros das décadas posteriores. Tem uma atitude exemplar ao afastar o assunto da maneira empenhada como fora tratado à luz das experiências dos românticos, enfrentando-o com complexidade, ironia e discrição, superando certo engessamento da questão que conseguiu se refinar – sobretudo no momento em que se volta para a realização em sua própria obra. Machado entra, de fato, na questão a partir do “assunto brasileiro” e da complexidade do entendimento e do trato dado à complexidade das “situações particulares à sociedade brasileira no século XIX” (SCHWARZ, 2000, p. 9). Esse entendimento da problemática do nacionalismo literário se adensa em complexidade na segunda metade do século XX, posto em retrospecto e perspectiva histórica, quando passa a ser sistematicamente estudado pela crítica acadêmica, uma vez que restaram do nacionalismo literário, para os críticos acadêmicos, a dependência cultural e o permanente esforço de superação desse dilema, objetos cuja análise obtém resultados bastante satisfatórios e significativos em termos de crítica e interpretação.

V

O nacionalismo literário sempre foi um problema capital que interessou aos críticos. Desde a primeira metade do século XIX escritores, críticos e intelectuais que se depararam com o dilema, enfrentaram-no e buscaram soluções e o entendimento dos porquês que o faz parecer como ele é e se manifesta entre brasileiros, criando modos de defini-lo e entendê-lo. Formas de enfrentamento do dilema nacionalismo literário e seus problemas correlatos se deram a partir da elaboração de a) teses refinadas que pretenderam dar conta da superação dos problemas de afirmação da identidade nacional, b) personagens singulares que representariam os dilemas do intelectual brasileiro com relação aos problemas postos pelo nacionalismo literário, c) personagens que representavam o ridículo das atitudes dos intelectuais brasileiros e suas formas de entender o nacionalismo literário, historiando, de maneira ilustrativa, cômica, jocoso-séria, brincalhona, alegórica, a sua presença, permanência e representações.

Intelectuais brasileiros, com relação ao nacionalismo literário, sempre se viram oscilando em uma de *bolsa de valores literários*. A oscilação dos valores literários dava às atitudes e ao empenho de seus pares valores flutuantes de alto e baixo, ascensão e queda, permanência e fugacidade, austeridade e ridículo. Criava-se uma longa lista de nomes onde, na característica atitude empenhada, as soluções de personagem e autor se confundem em formas de superação dos dilemas, uma vez que as personagens não são mais que ilustrações, alegorias ou representações dos pontos de vista e atitudes críticas de intelectuais brasileiros. Para muitos críticos, no caráter ideológico da produção cultural, encenava-se uma situação desconfortável representando a atitude de escritores brasileiros que se deixavam prender por uma *armadilha intelectual*, repleta de exemplos que se

repetiam com certa frequência e foram nomeados por alguns como tocantes esforços de civismo e por outros como ridículas manifestações de apego excessivo à terra natal. Armadilha intelectual que se caracteriza no momento em que os intelectuais buscam soluções simplistas para problemas concretos, mascarando o ordenamento ideológico dos elementos da cultura às suas considerações pessoais e ignorando condicionamentos históricos.

Há exemplos ilustrativos, já nos anos iniciais do século XX, tanto anteriores como posteriores ao Modernismo de 22. Um deles vem da própria correspondência entre Drummond e Mário, quando este último retoma a carta anterior do poeta mineiro e diagnostica os males, ou a dor intelectual de que padece o amigo – e, por extensão, o intelectual brasileiro – que leva Drummond a dizer coisas como: “é que nasci em Minas, quando deveria nascer em Paris” (DRUMMOND *apud* FROTA, 2002, p. 56), e, na mesma carta, reafirma o sentimento de *inadequação*: “detesto o Brasil como a um ambiente nocivo à expansão de meu espírito. Sou *hereditariamente europeu*, ou antes, francês. Amo a França como um ambiente propício” (DRUMMOND *apud* FROTA, 2002, p. 59 – o destaque em itálico é nosso). Como avaliar afirmações seguras, ousadas, repletas de certeza, prenhes de insatisfação e mudança? Inegavelmente se trata de afirmação intelectual, ainda que, aos olhos de muitos críticos de hoje, avaliadas *a posteriori*, tragam marcas do patético e mesmo do ridículo. Falam mais do poeta ou do país, de Drummond ou do Brasil? De legítimo, mesmo inegável, pode-se dizer com relação a essas afirmações que no ano de 1924 ainda temos a França exercendo a sua forte “atração do mundo” que “prende e domina a inteligência” (NABUCO, 1981, p. 41) insatisfeita e conflituosa do intelectual brasileiro. Diante disso, Mário, esse homem que foi tudo, faz papel de *infectologista do Modernismo Brasileiro*, homem mais velho, experimentado, de geração anterior, informa a Drummond a sua descoberta, doença grave, de que sofrem intelectuais brasileiros: “o doutor Chagas descobriu que grassava no país uma doença que foi chamada moléstia de Chagas. Eu descobri outra doença, mais grave, de que todos estamos infeccionados: a *moléstia de Nabuco*” (ANDRADE *apud* FROTA, 2002, p.70). Com argúcia e bom humor, Mário acerta em cheio ao definir e batizar o mal-estar intelectual que marca o país, ao caracterizá-lo como *grave doença tropical do espírito que atinge intelectuais brasileiros*. Mário, ciente da importância de entender esse mal-estar, somente o define porque o estudou, viveu-o como crise pessoal, desconforto político, social e estético; diante da experiência pessoal, depois de melhor aceito e entendido o mal cultural tropical, afirma, abertamente e sem constrangimento, “eu também já sofri da moléstia de Nabuco” (ANDRADE *apud* FROTA, 2002, p. 71).

Uma vez que os exemplos são muitos, o mal-estar intelectual é visto e discutido, aqui, a partir da seleção de momentos de expressão das atitudes dos intelectuais brasileiros em relação às formas de representação dos problemas referentes ao nacionalismo literário. Ocupamo-nos de saber como essa representação é mostrada pelos intelectuais brasileiros, tendo como fonte de exposição manifestações que se deram na condição direta de autoria e na condição indireta de personagem. O problema se manifesta e se repete em momentos específicos a partir da caracterização e das atitudes de personagens como Policarpo Quaresma, e, de outra forma, na atitude de autores como Oswald, e mesmo no exemplo citado do jovem Drummond. Nos dois casos, trata-se de mostrar uma unidade de entendimento crítico do problema, sem que esse entendimento esteja isento de equívoco e reparo. Essas são somente umas das maneiras de se mostrar a presença de diferentes teses para explicar o dilema sempre renovado, e, assim,

renovando, também, a galeria de personagens e autores, retificando, a partir dos exemplos citados e discutidos, a maneira tradicional de representar o *nacionalismo literário* na cultura brasileira.

Diante dessa situação em que o problema não sai de cena e se renova, ou retorna constantemente, todos os envolvidos são, irmanados, mais ou menos autor e personagem de si mesmo e, de maneira inexorável, autores e personagens do legado da cultura do nacionalismo literário, não deixando dúvida de que é este o grande assunto da crítica literária brasileira. Um caso que poderia ilustrar como a situação se repete e se manifesta, por semelhança, como traço de atitude, sentimento, diz respeito ao autor Lima Barreto e a personagem Policarpo Quaresma. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Quaresma é digna de riso por suas propostas para a solução de problemas brasileiros estarem fora da realidade e norma aceitáveis. De certa forma, a situação é semelhante nos exemplos expostos no ensaio de Schwarz, "Nacional por subtração", no que diz respeito ao aspecto específico da relação autor-personagem nas representações de situações no universo da crítica, inclusive a acadêmica.

No ensaio de Schwarz, Sílvio Romero, primeiro, passaria da condição de uma das figuras mais importantes da crítica brasileira do final do século XIX e dado importante do ensaio de Schwarz, por uma redução de categoria que o retiraria da condição de crítico literário, e, portanto, da condição de analista privilegiado da situação crítica e cultural que está em discussão, e seria reduzido à categoria de autor-personagem preso à determinada situação histórica característica do nacionalismo literário da segunda metade do século XIX, o típico intelectual brasileiro atado às amarras da reflexão sobre os problemas do nacionalismo literário. Romero figura em "Nacional por subtração" primeiro como pensador importante dos dilemas do nacionalismo literário e, depois, reduzido, tal como Lima Barreto/Policarpo Quaresma, à condição de exemplo de autor e personagem um pouco fora de órbita, com sua análise crítica baseada em uma mistura de ideias confusas e díspares para a cultura brasileira, marcada por muitas "explicações [...] desconstruídas" (SCHWARZ, 1987, p. 39). Schwarz, discutindo a dependência cultural, situada dentro do contexto maior do nacionalismo literário, diz que Romero "tem excelentes observações a respeito, de mistura com vários absurdos" (SCHWARZ, 1987, p. 39) e suas "descrições e [...] explicações [...] são desconstruídas, às vezes incompatíveis, e *interessam ora pelo argumento, ora pela ideologia característica*" (SCHWARZ, 1987, p. 40 – o destaque em itálico é nosso). O mesmo poderia ser dito, com as devidas ressalvas e o bom senso das descrições e explicações, de Lima Barreto/Quaresma. Aos estudiosos contemporâneos, sobretudo aos críticos literários, as explicações de Quaresma interessam, ora pelo argumento, ora pela ideologia característica. Quem negaria que o mesmo poderia ser dito, em termos parciais, para as ideias e os argumentos de Oswald? E para outros escritores e intelectuais brasileiros, Haroldo de Campos entre eles, e mesmo muitos dos críticos acadêmicos, sempre cindidos entre o argumento e a ideologia característica?

Seguindo essa relação, onde autores e personagens do dilema do nacionalismo literário brasileiro se repetem, há um dado curioso e significativo a observar, no que diz respeito à adoção de determinados formatos literários muito específicos que cumpriram uma função significativa para o referendo desse processo. Pode-se dizer, sempre, com as mais diversas formas protocolares, "oficiais", que o problema foi enfrentado pelos intelectuais mediante uso sistemático

de cartas, princípios, requerimentos, manifestos, plataformas e testamentos². São os gêneros comuns e recorrentes. Haveria aí o desejo manifesto a partir do registro da institucionalização de apelo à lei nessas formas protocolares? Apelo à lei reguladora e normalizadora para o problema como forma de oficialização, estabelecimento de regras, obrigação imposta pela consciência, sociedade e grupos específicos como condição determinada pelas coisas e circunstâncias? É preciso estar atento para o fato de Oswald falar tanto em lei, “única lei do mundo” (ANDRADE, 1978, p. 13), “lei do antropófago” (ANDRADE, 1978, p. 13), e ter apego, justamente, por formatos mais consagrados como o manifesto. Para além da busca de valor estético nessas formas protocolares haveria a afirmação daquele “sentimento íntimo” expresso por Machado no “Instinto de nacionalidade”, sentimento de busca, afirmação intelectual de um melhor entendimento do “assunto brasileiro”. Em meio a tantas formas “oficiais” de enfrentar o problema, há mais um atestado da “confusão”, no sentido de mistura, na impossibilidade de reconhecer e superar diferenças e distinções, dar um passo adiante, avançar naquilo que já foi proposto, fazendo com que os objetivos, nas palavras de Drummond, a serem alcançados, obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das ideias, estejam aquém dos propósitos expostos. É impressionante como a frase de Drummond poderia ser dita por qualquer um desses intelectuais brasileiros em qualquer época, traduzindo uma literatura compromissada.

Os exemplos são ilustrativos e foram sempre a base da referência para a reflexão crítica. Ainda que já tenham notória fortuna crítica, cabe serem retomados como referência e ponto de reflexão sobre o assunto. Não precisam respeitar a uma fidelidade cronológica, aquela que ordenaria um após o outro, de acordo com suas respectivas datas, e podem ser usados seletivamente. No início do século XX, o romance *Policarpo Quaresma* ilustra como o nacionalismo literário já era posto em discussão e, simultaneamente, em suspensão, para o ponto de vista satírico-crítico de Lima Barreto, que preside a construção da personagem, servindo ao dissenso e a perspectiva crítica. O romance registra bem as representações de como se encontravam prementes os problemas literários de fundo nacionalista no início do século. Forma tradicional de ver o problema, para melhor enxergá-lo e explicá-lo, pela ótica da descaracterização de seus mitos e valores mais significativos – pela sátira, portanto.

Podemos começar tratando de um de seus mais significativos aspectos, e destacar a língua ou o idioma, uma vez que no dilema do nacionalismo literário a língua e/ou o idioma, “legítimo” e/ou “ilegítimo”, “oficial” e/ou “não oficial”, verdadeiro ou falso, tornou-se o primeiro dos grandes constrangimentos para o intelectual brasileiro – e será, ao longo de décadas, recorrentemente apontado como impedimento à realização e ao reconhecimento internacional de escritores brasileiros de primeira linha e, a partir daí, como fator de impedimento do desenvolvimento pleno da literatura brasileira, uma vez que a língua portuguesa deixará a literatura, que se faz no Brasil, confinada a poucos leitores e público inexpressivo em número e potencial intelectual. Quaresma, com a intenção de sanar questões próprias ao nacionalismo literário, busca entendimento entre especialistas e gramáticos e se depara com as constantes e azedas polêmicas em torno do

² Ver as diversas formas usadas por intelectuais brasileiros para se manifestarem diante do nacionalismo literário: a “Carta pra Icamíabas”, em *Macunaíma* (ANDRADE, 1997); o “Manifesto da poesia Pau-Brasil” (ANDRADE, 1978, p. 03-10) e o “Manifesto Antropofágico” (ANDRADE, 1978, p. 11-20); *Testamento de uma geração* (CAVALHEIRO, 1944); *Plataforma da nova geração* (NEME, cartas trocadas por Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. In: FROTA, 2002).

idioma. Apresentará um requerimento³ com a solicitação de dar à nação um idioma legítimo ao “pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro” (BARRETO, 1997, p. 60). Dessa forma destaca a questão irresolvida da legitimidade do valor das produções culturais nacionais que, para o intelectual e escritor brasileiros, *nasce no idioma e morre na autoria*, espaço e signo de sua afirmação e insuficiência. O projeto proposto por Quaresma faz parte de um rol de soluções envolvendo o idioma, a língua, que se coloca em perspectiva diversa dos experimentos e soluções de Alencar e outros; no entanto, a solução de Quaresma não é mais do que um modo de Lima Barreto retomar a questão e mostrar o quanto há de equivocado nestas proposições. A posição crítica e teórica com relação ao idioma permanecerá como ponto crítico relevante e continuará sendo discutida ao longo de todo o século com afirmações capciosas como a de Mário de Andrade ao afirmar que “os nossos grandes escritores são ‘estilistas’ [...] criadores de uma expressão linguística que lhes é peculiar” (ANDRADE, 1972, p. 35).

Triste fim de Policarpo Quaresma ficou para a posteridade como um dos muitos mitos heroicos representativos dos debates sobre a identidade nacional e o nacionalismo literário, quando coloca em ação uma personagem que quer alterar o uso do idioma por medida parlamentar. Não se pode ignorar ou menosprezar as soluções apresentadas via personagens, porque são representações de atitudes culturais e intelectuais. Ainda que seja possível e recomendado fazer uma distinção, ou gradação, entre autor e personagem envolvidos no dilema, encarando-os de maneira diferente em seus gestos e suas buscas, uma vez que, nestes casos, a personagem pode ser vista como uma forma de representação dos dilemas diante de uma percepção múltipla e diversificada da autoria, ainda que não se trate, de maneira alguma, de representação direta do autor da obra ou de suas opiniões.

Após a solução cômica e engenhosa proposta pelo anti-herói Quaresma, um requerimento oficial, a questão segue irresolvida, renovando-se constantemente, através de outros mitos heroicos representativos do nacionalismo literário com suas soluções que alimentam a ilusão de que puseram ponto final na questão ou que trouxeram avanço significativo ao enfrentamento do dilema. Propostas de resolução ou superação do dilema se mostraram, sempre, marcantes, sejam apresentadas por autor ou figuradas por personagem, o que denuncia o fascínio que o assunto desperta. Assunto que também é abordado por outro grande mito anti-heroico do início do século XX, Macunaíma, que, na grande metrópole depara-se com o dilema linguístico e, sem saber o que fazer diante da grande inteligência e de tamanha “originalidade linguística” (ANDRADE, 1997, p. 84) dos paulistas, tenta externar o dilema em sua pretenciosa “Carta pras Icamiabas”.

Numa situação como essa que sempre se repete, mais do que respostas o que se colocam são perguntas: como entender a atitude cômica e engenhosa proposta por Quaresma com relação ao nacionalismo e o que representa para o intelectual brasileiro a partir da relação com a língua ou o idioma para se estabelecer um ponto importante da identidade nacional? Lida no momento presente visaria ao ridículo das atitudes de uma parcela significativa dos intelectuais brasileiros, retomando o passado, destacando o presente e, de certa forma, sinalizando o futuro com a presença da questão na atualidade? A forma de representação destas atitudes, destacando o que trazem de cômico e ridículo, e também, aquilo que beira ao insensato, ao excêntrico, depreciando-as ao opor-lhes

³ É preciso lembrar que o “requerimento” redigido por Policarpo Quaresma deixa expresso o essencial das questões que nortearam os debates em torno do nacionalismo literário.

um “característico sinal de menos” (SCHWARZ, 1987, p. 29) seria um modo de tratar o assunto que revelaria uma atitude típica de intelectuais e escritores brasileiros? Uma forma recorrente de representação, destacando seu aspecto teatral, sua *mise-en-scène*?

A abordagem crítico-satírica, chamemo-la assim, é procedimento comum em Machado, está presente nas *Memórias póstumas*, n´*O alienista*, no *Quincas Borba* e em seus contos. E o excêntrico, o insensato, como personagens tipificados de certa categoria ilustrativa da situação intelectual brasileira, podendo ser pensados como categoria de personagens com particularidade nacional de expressão do assunto brasileiro nos embates do nacionalismo não são mais que parte de uma categoria que ilustra muitos dos problemas e subprodutos do nacionalismo. Seu grande número indica uma categoria mais comum do que se pensa, porque Rubião, Simão Bacamarte e Quaresma são somente três dos exemplos de excêntricos, de insensatos a representar o empenho intelectual e, também, o ridículo dessas atitudes de como a cultura brasileira lidou com os problemas próprios ao nacionalismo.

Oswald, em outra forma canônica e, mesmo, similar em seus propósitos ao requerimento, o manifesto, e atente-se para o seu caráter de apelo público e notório que pede adesão em seu alegado projeto de dar reviravolta na cultura e literatura brasileiras de então, os anos 20 do século passado, mediante um contínuo e permanente ato antropofágico, retoma, abertamente, o ideário nacionalista. Na atitude de Oswald está, a partir da paródica frase, “tupi, or not tupi that is the question” (ANDRADE, 1978, p. 13), a retomada de atitudes nacionalistas de Lima Barreto. Revela-se em todos os “contras” do *Manifesto Antropofágico*, uma vez que ali se busca a afirmação de um postulado crítico nacionalista comum a uma geração de escritores e intelectuais brasileiros a partir de critérios de prevalência dos valores estéticos em suas obras literárias, por um processo de crítica comum que inclui a reavaliação da história e da produção cultural do país.

O que se constata na cultura crítica de reflexão sobre o nacionalismo é a retomada crítica e a repetição. A reflexão crítica sobre o assunto não conhece esgotamento. Há, por parte dos intelectuais, o permanente enfrentamento dos mesmos problemas, naturalmente com pontos de vista e suas respectivas propostas diversas, ou seja, com seu argumento e ideologia característicos. Não se pode esquecer, para a contemporaneidade, que o idioma e/ou a língua em sua “originalidade linguística” foi tratada de maneira oficial por gramáticos e linguistas acadêmicos, e a origem desta institucionalização, que faz parte deste longo processo, é a única e a mesma, encontrando sua base na reflexão sobre o idioma que se inicia sob a guarda do nacionalismo literário, chegando a este termo atual, acadêmico.

VI

É preciso destacar que tudo o que se discute no ensaio “Instinto de Nacionalidade” diz respeito, para a literatura brasileira, ao nacionalismo literário: tradição literária, originalidade, formação, autoria, cor local, influxo externo, crítica e teoria literária etc. São mobilizados para a elaboração de uma resposta aos dilemas da afirmação de uma identidade artística nacional. A primeira constatação significativa, que diz respeito à tradição local, é quando se percebe o endosso que o pensamento exposto por Machado dá às posições dos escritores e críticos seus

contemporâneos, retificando o nacionalismo literário na cultura brasileira. De imediato, reconhece-se a “vitalidade” (ASSIS, 1999, p. 9) e a força que o “Instinto de Nacionalidade” como permanente objeto de reflexão trará para a cultura e a literatura – instinto de nacionalidade que é definido na adesão de escritores e intelectuais à tradição local expressa na poética da cor local, tal como representada pelos árcades mineiros, Basílio da Gama, Santa Rita Durão e dos românticos Gonçalves Dias e Alencar, nomeados e destacados por Machado.

O ensaio pode ser lido, a partir de seu título, como ampla definição de tradição literária. Machado o entende como um conjunto de conceitos e práticas literárias que daria margem a um princípio de tradição literária presa à ideologia do nacionalismo literário. Cabe ao ensaio de Machado consagrar a interpretação corrente ao século e entre escritores brasileiros. Essa interpretação permanecerá inalterada em sua essência, chegando aos nossos dias, legitimando um pressuposto corrente transformado em paradigma crítico do início de tradição literária brasileira, com base na continuidade de princípios que se dará entre os árcades mineiros e os nacionalistas românticos, fazendo com que a crítica repita o que diz o autor das *Memórias póstumas* para a época de sua reflexão é que seja considerado válido para os dias de hoje: “escusado é dizer a vantagem deste universal acordo” (ASSIS, 1999, p. 10) de assunto, temas, problemas e formas que legitime uma tradição. Acordo que, ainda hoje, não se encontra isento de polêmica, sobretudo na relação de comunhão que se estabeleceu entre Arcadismo e Romantismo e foi validada pela tradição crítica desde seu início, tendo sido, no século XX, aceita e retomada por parte significativa da crítica acadêmica a partir do ponto de vista crítico e teórico exposto na *Formação*.

Aquela altura do século XIX Machado endossava o ponto de vista construído pelos românticos, não se fazendo o autor da ideia original, terminando por se colocar como um de seus comentadores. No “Instinto de nacionalidade” não é difícil dizer de fato qual é a contribuição original e significativa de Machado. A fortuna crítica destaca aquilo que poderia ser visto como um conceito, um tanto difuso, o propalado “sentimento íntimo”. Machado se põe mais de acordo com as posições gerais defendidas por todos, e até aquele momento por críticos como Joaquim Norberto. Por exemplo, a defesa da ideia de que “as tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrega, como aqueles continuam as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão” (ASSIS, 1999, p. 9). Sem querer destacar uma simples enumeração, lendo o ensaio é possível ver o que se lega para escritores e intelectuais brasileiros de fins de século XIX e início de século XX: a ideia de continuidade literária, o conceito ainda vago de processo de formação da literatura brasileira, a noção crítica de “sentimento íntimo” e a importância da “cor local” como formadores de uma tradição crítica nacional. De maneira geral, críticos e escritores são unânimes em apontar no ensaio uma visão crítica sobre o nacionalismo literário dos românticos, e muitos comentadores chegam mesmo a afirmar que no legado deixado por Machado estaria a base fundadora da maioria crítico-literária brasileira.

Como os grandes e mais importantes temas se impõem ao autor que está à sua procura, no início de seu ensaio Machado discute, sucintamente, a origem, a legitimidade em se falar de “literatura brasileira” àquela altura do século XIX, distante mais de 50 anos da independência política do país. Rejeita, categoricamente, que tenha havido atitude aberta e politicamente empenhada, com o objetivo de marcar posição definida de escritores como Basílio da Gama e Santa

Rita Durão, ao dizer que “quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora” (ASSIS, 1999, p. 12). A posição dos poetas parece ser deliberada e somente por isso Machado a destaca como marca, tímida, inicial, de nacionalismo literário, respondendo à necessidade de busca do “assunto brasileiro”. Naquele momento, o objetivo de tornar independente a literatura brasileira, ao ser posto pelos dois poetas, não coloca o problema em suspensão, não diminui o seu valor ou a sua importância. Tornar independente, no sentido de identidade própria e significativa, a literatura brasileira é um gesto que se repetirá insistentemente, justamente por a literatura brasileira não ter “Sete de setembro nem campo de Ipiranga” (ASSIS, 1999, p. 10).

Quando Machado publica o ensaio, escritores estavam defendendo uma ideia vaga e difusa de literatura brasileira. Quando se lê, “quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora” (ASSIS, 1999, p. 12), para a atitude dos Arcades Mineiros não os afasta da condição de precursores do nacionalismo literário especificamente romântico na literatura brasileira, ao contrário do que quer fazer crer Baptista quando diz que o projeto nacionalista “rompe tanto com Gonzaga como com Basílio da Gama e Durão” (BAPTISTA, 2003, p. 69), ou seja, opondo Arcadismo a Romantismo, ao separar como incompatíveis atos de ostentar certa cor local e tornar independente a literatura brasileira. A cisão enfatizada por Baptista, se aceita como argumento, não invalida o ato a que se refere. A ideia de desenvolvimento do processo de formação está presente no “Instinto de Nacionalidade” e será associada aos outros tópicos mencionados por Machado para que se legitime. Um dos mais importantes será o desenvolvimento de uma literatura atrelada à cor local e a uma tradição literária que “irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional” (ASSIS, 1999, p. 10) e que serão o maior legado do ensaio de Machado à crítica. A noção de cor local deve ser vista nos chamados grandes romances de Machado como é entendida, nos dias de hoje, na condição de “situações particulares à sociedade brasileira” (SCHWARZ, 2000, p. 9). Somente dessa forma Machado estaria “vivo” para a literatura.

O problema da origem, e a partir dele, o da formação são os dois principais pontos de discussão levantados pela crítica em relação à *Formação da literatura brasileira*. Isso ocorre, por vezes, de maneira escandalosa, mais de cem anos após Machado ter publicado seu artigo de crítica, registrando posição com relação aos assuntos que obsedavam seus contemporâneos e que, sem dúvida, na medida em que se tornam polêmica constante para a crítica acadêmica por meio das ideias atualizadas e defendidas na *Formação*, que conduz o debate no meio acadêmico, retomando-o e renovando-o. O ensaio de Machado, assim como o livro de Candido, e as polêmicas que resultaram da ideia de *formação literária* discutem a noção mal resolvida da origem de seus inícios, da identificação de seus pais fundadores e de seu processo de formação. Esses continuam a ser o objeto principal das querelas devido ao fato de os argumentos estarem diretamente relacionados a estas questões primeiras, seja, como já foi dito, no que toca à *Formação* ou por parte daquilo que seria uma contestação, ou, mesmo, uma réplica à *Formação*, *O sequestro do Barroco na Formação da literatura brasileira*.

O próximo ponto crítico realizado por Machado foi discutir a noção de “tradição”. Os valores daquilo que seria uma tradição literária brasileira estão ligados ao desenvolvimento de uma literatura atrelada às “cores do país”. De maneira mais específica, as cores do país para aquele momento no qual já havia

sido realizado o nativismo e o indianismo seriam outras, relacionadas aos costumes civilizados, do tempo colonial ou do tempo de hoje que ofereceriam à imaginação boa e larga matéria de estudo. Machado deixa, na argumentação, implícito o que entende pela definição de tradição literária. Se há precursores e seguidores debatendo-se de maneira recorrente em torno dos mesmos assuntos, ideias e temas, e se há permanência de valores e continuidade, há uma tradição literária. Visão de tradição literária canônica, tradicional, comum a todos os contemporâneos. Machado está de acordo com o que vinha sendo dito pela crítica romântica, desde a primeira metade do oitocentos: a tradição literária é aquela que se tem, aquela que se forjou na passagem de fins do século XVIII para o século XIX, unindo expoentes da “escola mineira” ao romantismo de feição nacionalista. Tradição que se fez unindo *O uruguay*, de Basílio da Gama e Iracema, de Alencar, dando, segundo Machado, o início da fisionomia própria ao pensamento nacional. Em sua realização implicaria a presença de seus maiores problemas e suas maiores contradições, sendo o mais significativo deles, justamente, a presença da influência majoritária e determinante da cultura estrangeira. Dessa forma, para que se possa falar em tradição, é preciso que o pensamento nacional, pela literatura, tenha fisionomia própria, ainda que essa seja, como o quer Machado, mesclada entre o nacional e o estrangeiro. Esta é uma das observações mais importantes do ensaio porque, de fato, diz respeito às tendências nacionalistas e universalistas na literatura brasileira.

Trata-se de uma declaração de princípios formulada com base no que já se realizara, e que caberá aos escritores e à crítica posterior, sobretudo à acadêmica, definir seus fundamentos. No ensaio, fica perceptível o destaque dado à literatura e à função primordial, empenhada, no desenvolvimento do país, como um dos elementos ativos daquilo que seria a tradição literária brasileira. O escritor mostra a dependência da cultura brasileira à literatura propriamente dita, principalmente à poesia e ao romance, os dois gêneros que encontraram maior e melhor realização naquele momento. Essa seria mais uma das tantas particularidades reconhecidas por Machado. Trata-se de observação de máxima importância e que será retomada pela crítica acadêmica em ensaios de Candido quando esse reformulará a observação, destacando o papel empenhado que a literatura terá na formação da identidade do país.

Pode-se dizer que é diante desse ponto de vista que o conceito de literatura empenhada ganhará sentido e lugar junto à crítica. Com a sua formulação, mais um dos pontos críticos e teóricos é posto em relevo. O conceito será definido e formulado, fazendo com que seja o melhor definidor para o que se realizou literariamente, tanto para o século XIX quanto para o século XX, como um conceito operacional de grande valor e significado no processo de formação da literatura brasileira para a elaboração das ideias na *Formação*.

Como mostrado por críticos e historiadores o conceito de literatura empenhada para o processo de formação da tradição literária se dará em momento político delicado e determinante para a composição de seus traços específicos, no qual se incluem a condição do Brasil em fins do século XVIII e início do século XIX e a mudança que se dará de colônia portuguesa para país politicamente independente. Somente esse quadro histórico justificaria Machado fazer referência à fisionomia própria ao pensamento nacional, dizendo que “esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo do Ipiranga” (ASSIS, 1999, p. 10). A referência ao marco político indica a necessidade de retomada, por parte dos escritores, desse compromisso no campo das artes e da literatura.

Na afirmação de Machado o que se busca é o valor próprio, particular e distintivo do traço peculiar da inteligência brasileira. A referência ao Sete de Setembro e ao campo do Ipiranga deve ser vista como a certeza de que, em país como o Brasil, a atitude literária empenhada é de máxima importância para a expressão literária e o desenvolvimento da tradição. Machado destacava, legitimava e aprovava esse traço característico da literatura e da crítica brasileiras. Somente a consciência desse fato justificaria a relação, explícita na citação, que se estabelece entre a ideia do incipiente processo de formação da literatura brasileira e da independência política de Portugal. É esse o miolo dessa última afirmação, e mostra que não há, no escritor, alheamento à situação política e social por mais que isso possa parecer sufocado por um trabalho estético literário de máxima expressão, como no caso dos chamados grandes romances da segunda fase realista, e que foi doravante desmentido pela crítica. No que diz respeito à importância da literatura para o país, Machado está assinalando o seu papel de comprometimento com a realização social e política.

Seguindo esse processo de argumentação que visa a destacar um a um os elementos constitutivos como forma de avaliação e projeto de realização da construção de uma identidade literária nacional, Machado traz à tona a relação dialética entre o nacional e o universal na literatura brasileira, outra das questões inalienáveis, ao afirmar que “não está na vida indiana todo o patrimônio da Literatura Brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração” (ASSIS, 1999, p. 15). Esta nota, ainda que sempre renovada e atualizada pelos escritores e críticos, será retomada nos mesmos e em outros termos, diversos, atingindo contornos inusitados na forma e no conteúdo das produções literárias, pondo sempre um senão nas questões de dependência cultural e influência literária, originalidade e cópia, como uma espécie de nó que não se desata, atingindo, inclusive, a própria obra de Machado como exemplar para ilustrar o problema, uma vez que tão visada pela crítica no que toca a questões de influências estrangeiras e problemas nacionais, mas que também encontra avanço, e, mesmo, formas diversas de abordar esses entraves nas percepções da crítica acadêmica. Machado, na visão de Candido, Schwarz e Bosi se põe como o autor que melhor conseguiu lidar com os problemas do escritor brasileiro.

Estudioso do nacionalismo literário, Baptista reconhece que a crítica brasileira acadêmica teve papel determinante na permanência e renovação do discurso nacionalista, apesar de interpretar esse papel de maneira pejorativa; no entanto, acertando ao afirmar que essa permanência e renovação se darão, na cultura brasileira, somente mediante a articulação “com uma dimensão institucional decisiva, a universitária” (BAPTISTA, 2005, p. 43).

FREIRE, M. Brazilian Issue - The Strong Permanence of Literary Nationalism Culture in Brazilian Academic Literary Criticism Deriving from the Process of Cultural and Intellectual Adjustment. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 5, n. 2, p. 137-162, 2013.

Referências

ANDRADE, M. de. *Macunaíma*. O herói sem nenhum caráter. Edição crítica Telê Porto Ancona Lopes. Coleção Archivos. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *Feitos em França. O empalhador de passarinho*. 3 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1972. p. 31-38.

ANDRADE, O. de. Manifesto Antropófago. In: _____. *Obras completas: do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 11-20.

ASSIS, M. de. Instinto de Nacionalidade. In: *Instinto de nacionalidade e outros ensaios*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1999. p. 09-36.

_____. A nova geração. In: _____. *Obra completa*: Rio de Janeiro, 1959, v. 3.

BAPTISTA, A. B. *O cânone como formação*. A teoria da literatura de Antonio Candido. O livro agreste. Ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 41-80.

_____. *O episódio brasileiro./Percurso. A formação do nome. Parte 1. Duas interpretações sobre Machado de Assis*. Ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 21-114.

BARRETO, L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição Crítica Antonio Houaiss – Carmem Lúcia Negreiros. Col. Archives. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

CAMÕES, L. de. *Os lusíadas*. Lisboa: Contralivros Ltda, 1997.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos 1750-1880. 10 ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite*. 5 ed. rev.. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 169-196.

COUTINHO, A. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

FROTA, L. C. (Org.). *Carlos e Mário. Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Prefácio e notas de Carlos Drummond de Andrade e Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias Ltda., 2002.

NABUCO, J. *Atração do Mundo. Minha formação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 41-45.

PEDROSA, C. Nacionalismo literário. In: JOBIM, J. L. (Org.). *Palavras da crítica*. Tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 277-306.

PERRONE-MOISÉS. "Por amor à arte". **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 335-348, 2005.

SANTIAGO, S. (Coord., sel. de livros e prefácio). *Intérpretes do Brasil*. Três volumes. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 2002.

_____. *O cosmopolitismo do pobre*. Crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SCHWARZ, R. As Ideias Fora do Lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000a. p. 09-32.

_____. Complexo, Moderno, Nacional e Negativo. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 115-126.

_____. Nacional por Subtração. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.

_____. Um crítico na periferia do capitalismo. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 98., p. 12-19, abr./2004. (Entrevista concedida a Luiz Henrique Lopes dos Santos e Mariluce Moura).

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

VALÉRY, P. Lettre sur Mallarmé. In: *Variétés I et II*. Paris: Gallimard, 2005. p. 276-291.